

## Moção

### Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia

No dia 17 de maio assinalam-se 33 anos desde que, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), corrigindo finalmente um erro histórico, retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.

Esta decisão, os sucessivos avanços legais na matéria e os esforços de ativistas e organizações LGBTQIA+ têm ajudado à desestigmatização e à aceitação, na sociedade, das diferentes orientações sexuais e identidades e expressões de género.

Porém, a realidade está longe de ser perfeita e muito há ainda a fazer, no que toca aos direitos e à inclusão de pessoas LGBTQIA+.

No mundo, existem 69 países onde a homossexualidade é criminalizada. Em 6 países a homossexualidade é punida com pena de morte. Em plena Europa, existem regimes que, por meios legais e contrariando as orientações da Comunidade Europeia, promoveram o retrocesso dos direitos e das liberdades da comunidade LGBTQIA+, sendo o exemplo mais flagrante a Hungria que, sob a liderança de Viktor Orbán, persiste em leis proibitivas e persecutórias da comunidade LGBTQIA+.

De acordo com o último relatório “Discriminação Contra Pessoas LGBTI+” da ILGA Portugal, publicado em junho 2020, cerca de metade das situações denunciadas no seu Observatório da Discriminação “constituem crimes ou incidentes motivados pelo ódio contra as pessoas LGBTI+ em Portugal. Do espaço público ao doméstico, passando pelo acesso a bens e serviços, no local de trabalho ou nas escolas, existem evidências da prevalência deste tipo de discriminação em todo o tipo de contextos e grupos etários. Apesar do impacto psicológico e social destas ocorrências sinalizado pelas vítimas, apenas um terço apresentou uma queixa junto das entidades responsáveis, alegando desvalorização, desconhecimento ou descrença no seu papel. Em muitas das situações, as testemunhas optaram por não intervir.”

Este dia é assinalado em vários países e Portugal não é exceção, com várias entidades públicas e privadas a realizar atividades de consciencialização e sensibilização neste dia. Alguns municípios, por exemplo, decidiram hastear a bandeira arco-íris nos edifícios municipais, o que é uma decisão que muito contribui para a visibilidade das pessoas LGBTQIA+, retirando-as da invisibilidade a que estão sujeitas e disputando discussões, debates e oportunidades de educar as pessoas para a aceitação e não discriminação.

No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTQIA+.

Face a este cenário, para que a plena inclusão e os direitos das pessoas LGBTQIA+ se concretizem, importa que quem assume responsabilidades públicas, para além de ações concretas (como a aplicação dos normativos legais já existentes e a execução de planos para a igualdade e não discriminação), manifeste apoio e solidariedade para com a comunidade

LGBTQIA+ e promova um clima favorável à afirmação das suas identidades e formas de expressão.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Campanhã reunida em sessão ordinária de 28 de abril de 2023, delibera:

1. **Associar-se à celebração do Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia;**
2. **Recomendar ao Executivo, que seja hasteada na sede da Junta de Freguesia no dia 17 de maio a bandeira arco-íris;**
3. **Recomendar ao Executivo que em diálogo com associações e movimentos representativos da comunidade elabore um plano LGBTQIA+ com a identificação de necessidades e dificuldades, apontando para respostas específicas e adaptadas em áreas como a saúde, o contexto escolar, o desporto, a empregabilidade, a cultura ou o espaço público.**

A representante do Bloco de Esquerda

*Elisabete Carvalho*